

Editor: Landro Oviedo



www.landrooviedo.com



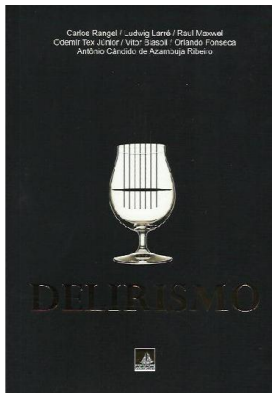
www.landrooviedo.com

Número 37
Maio-junho de
2016
Contatos:
(51) 4100-0040
landrooviedo@uol.com.br
Porto Alegre-RS

“A filosofia começa no assombro.” (Platão)

Caderno de Notas

* LIVRO DA BOCA DO MONTE - Recebi do meu amigo Ludwig Larré, jornalista e escritor, a obra “Delirismo”. O livro tem vários poetas santamarienses e afins. Poesia de alta qualidade feita por gente que entende e sente. Os autores são Carlos Rangel, o próprio Ludwig Larré, Raul Maxwell, Odemir Tex Júnior, Vitor Biasoli, Orlando Fonseca, Antônio Cândido de Azambuja Ribeiro. Até os nomes dos caras são poéticos. Publicação da editora Rio das Letras. Vale a pena ler.



CHASQUE DE CULTURA - Já está no ar o programa Chasque de Cultura de maio de 2016. Muita poesia e música de raiz, com grandes músicos da nossa terra e de além-fronteiras. Para ouvir, digite <http://zip.net/bgtpB>.
* SHOW MISSIONEIRO - Foi um sucesso no Boteco Tchê, em abril, o show com Charles Arce e Thiago Antunes. (Landro Oviedo)

Dilma já foi. Agora é a hora de Michel Temer sair. Eleições já!

O Brasil enfrenta uma crise sem precedentes por conta de um governo que traiu seus compromissos mais básicos com a população, valendo-se do aparelho estatal para praticar seus malfeitos e desviar recursos públicos. Essa inversão de finalidade e de valores acabou por gerar um quadro caótico nos serviços e nas finanças da União, prejudicando a prestação de serviços e a geração de empregos.

Por conta da reação da população nas ruas, Dilma Rousseff perdeu as condições para governar e, por isso, perdeu também a confiança dos banqueiros e das entidades empresariais para aplicar seus planos de arrocho e de retirada de direitos dos brasileiros, como no caso das reformas trabalhistas e previdenciária. Por isso, Dilma caiu, embora não cometesse ilegalidade passível de impeachment, como são as pedaladas fiscais. Mas cairia de qualquer jeito, uma vez que as elites precisam de um governo com certa credibilidade para atender seus interesses de ganho fácil.

Entretanto, a classe dominante brasileira parece ter encontrado uma alternativa para manter sua saga de exploração. Michel Temer até nem é o governante dos seus sonhos, mas já

inicia seu governo comprometido com as pautas da classe empresarial e do capital financeiro. Ora, diante disso, não é possível ter um segundo de ilusão com esse governo. É preciso retomar as mobilizações e ir às ruas terminar o serviço. É hora de se realizar eleições livres no país, sem financiamento privado e sem restrições a qualquer agremiação partidária. O povo é que deve decidir quem irá governar, tanto no governo federal quanto no parlamento. As ruas são a grande tribuna. Nada vai mudar com Temer.



Michel Temer e seus ministros enrolados

Nem bem começou e o governo de Michel Temer já começa a dar mostras de que sua moralidade é tão falsa quanto sua legitimidade para governar o país. Aliás, ele foi eleito junto com Dilma Rousseff e praticou, seja por omissão, seja por cumplicidade, seja por exercício interino do poder, os mesmos malfeitos que ela. Pois bem, já no início do seu governo capenga, ele nomeou seis ministros que são alvos de investigação no Supremo Tribunal Federal (STF), destacando-se entre eles o ministro Romero Jucá, com um currículo nada recomendável. Em relação a ele, estão sendo apurados os crimes de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e envolvimento na compra de uma medida provisória em prol da indústria automotiva, que está também no

foco da Operação Zelotes.

Por essas e outras é que esse governo não merece crédito. Afinal, se os nomes forem olhados com lupa, conseguem ser piores ainda do que os indicados por Dilma. O que se vê é um balcão de negócios com cargos e um loteamento imoral da máquina pública. Longe de o critério para nomeação ser idoneidade e conduta ilibada, o que parece é que, para ser ministro de Michel Temer, o pré-requisito é ter uma folha corrida de ilícitos. Mais uma vez, a classe dominante quer que o povo tenha uma vitória de Pirro, ganhando e não levando. Contudo, certamente a voz das ruas vai se manifestar, não para denunciar um golpe, que o impeachment é uma punição ao péssimo governo de Dilma, mas para se fazer ouvir de verdade.

CURSO BÁSICO DE **PORTUGUÊS**
Prof. Landro Oviedo
✓ Concursos
✓ Vestibular
✓ Aperfeiçoamento
☎ 4100-0040 / 9201-3065
www.cursodeportugues.zip.net

Para informações sobre o Curso Básico de Português, contate pelo e-mail landrooviedo@uol.com.br



Salvem os plurais!
www.landrooviedo.com

www.landrooviedo.com

Bolada segura no trânsito para arrecadar

Entre os fatos insólitos da vida cotidiana, certamente um deles é o de alguém que tenha ganhado um recurso contra um Detran, que são órgãos constituídos para arrecadar e encher as burras das máquinas públicas em todas as esferas, financiando privilégios dos poucos que dirigem essas engrenagens. Além dessas ações condenáveis, eles cometem muitas tropelias também, contando com leis caricatas aprovadas no Congresso.

A desculpa dos parlamentares para aprovarem leis arrecadatórias é a sempre a mesma, a necessidade de conter as mortes no trânsito. Entretanto, outras causas de mortes, como a segurança pública não os sensibilizam. Faltam investimentos em presídios e a segurança pública está em

frangalhos, com milhares de pessoas morrendo por conta disso. Ah, mas isso não dá dinheiro para seus currais eleitorais e, então, deixa assim mesmo.

As leis que estão sendo aprovadas para criminalizar os motoristas, como a da Lei Seca, padecem de evidente ilegalidade, pois agridem diversos comandos legais, como o artigo 8, alínea g, da Convenção Americana dos Direitos Humanos, de 1969, conhecida como o Pacto de São José da Costa Rica. Esse artigo explicita um direito de todo cidadão: “g) direito de não ser obrigada a depor contra si mesma, nem a confessar-se culpada”. O Brasil é signatário do pacto e ele entra no ordenamento jurídico como lei ordi-

nária, na mesma hierarquia do CTB. Na prática, isso significa que quem se recusar a soprar o bafômetro, por estar no exercício regular de um direito, não poderá sofrer nenhum prejuízo por isso em qualquer esfera, muito menos na administrativa, uma esfera precária em relação aos direitos e garantias individuais.

Entretanto, tudo isso parece menor para um Legislativo que cada vez mais quer aumentar o cabedal de crimes de perigo abstrato e de mera conduta, que são aqueles que são crimes porque a lei diz, porque o Congresso diz. Ora, isso é meio caminho andado para criminalizar a opinião, por exemplo. Alegações de razões nobres são apenas um disfarce para fins escusos.

UM CONTO DO INTERIOR

José.

Era o nome dele. Fora vizinho de minha família, seu pai dono de quitanda defronte onde a gente morava. Perto do centro.

Lembro a pessoa alegre, afável. O sorriso pontual. Atencioso ao anotar os pedidos de verduras e frutas. Cedo, quando se abria a janela, lá estava com cuia e chaleira agachado no portal.

Escrevia as despesas com um toco de lápis num caderno surrado; sempre uma palavra de respeito; o tempo; a chuva; a lua vigente. E, noitinha, fechava as portas, as chaves num molho.

Depois de passar pela casa da mãe, beijo diário, rumava ao boteco da vila, a turma do carteado, a cachaa; e o pacato José se transfigurava, soube-se depois, a placidez mudada em violência, a calma em valentia. Olhos injetados de sangue. Bravo, incontido.

Também se descobriu que José venerava facas, era capaz de descrevê-las como um perito, usava um punhal escondido na roupa. Conhecia a liturgia das adagas. Talvez fruto do tempo em que trabalhava na desossa do frigorífico, o estilete recortando a carne indefesa.

Pois certa madrugada, ainda advogado aprendiz de solitárias causas, acordo, são parentes do quitandeiro, José metera-se em confusão, não aceitara desaforo do cançã da zona, um cara de maus

bofes, com algumas mortes; e achavam que o tinha imolado.

José.

Apressado, vou ao local onde se escondia; a roupa rasgada pelos golpes do adversário, manchas vermelhas, lutaram resvalando pelas colinas da Vila dos Corvos; e José, sempre respeitoso e sem desapegar a jovialidade conta sobre as dezesseis avenidas que inaugurou no corpo do outro. Aceito o litígio. Ainda de manhã o levo à delegacia para depor. E fica preso.

Acontece o processo; as testemunhas do fato narram o evento, uma briga de leões, a vítima era conhecida por sua bravata, mereceu morrer, agora vai haver mais paz, pobre José, um cara bom.

Algum tempo depois marcam o júri, José era um pacífico presidiário que só se iluminava quando aparecia hóspede recolhido por enfiar o cabo do cutilo na alma alheia.

Chega o julgamento, esquemas de defesa (primeiro, o caráter amistoso do acusado, benquistado nas rondozas; depois, a ficha do ofendido, figura constante em delitos, abusado e provocador, um mau elemento); as frases dançam lépidas, parecem convencer.

E as dezesseis facadas? Isso tinha explicação, as partes rolaram abraçadas e se afeiçoavam aos estoques, daí os ferimentos, a roupa amarfanhada.

A mocidade do defensor e a crença em sua dialética jurídica (vaidade?) desviam-no da estratégia

aconselhada: a tese do excesso culposo, uma pena branda e logo a liberdade.

Mas não: insiste na legítima defesa própria, matou para não morrer, não impressionem os cortes, apenas repeliu injusta agressão com os meios disponíveis, assim qualquer pessoa procederia, o jurado deve se colocar no papel do injuriado.

Vás esperanças, discurso surdo: José é condenado a tantos anos quantas brechas abriu.

Ditada a sentença, ainda na mesa da defesa, em meio aos livros e papéis, o advogado, cabisbaixo, mastiga sua inexperiência e orgulho: o réu na cadeia próxima.

De repente José se levanta e rodeia a bancada do profissional, que de soslaio aguarda o pior (insulto, hostilidade, ataque?); e se aproxima pelas costas.

Indefeso, permito que me soerga, quando de modo surpreendente e riso aberto me consola: “- Boa, doutor, é isso aí!”. E mudos, nos quedamos abraçados.

Nunca deixei de visita-lo na cadeia e escutar suas lições sobre facas.

José.

(José Carlos Teixeira Giorgis, autor deste conto, é desembargador do Tribunal de Justiça do RS e presidente do Memorial do Judiciário. E-mail: jgiorgis@terra.com.br)